

GRAMMATICALE IVDICIVM

Prof. Dr. José R. Seabra F. (FFLCH / USP)

RESUMO: Visão lógica e funcional da gramática latina; características de língua sintética; os nomes: radicais e desinências; modo e significado das formações nominais; o verbo: temas; características número-pessoais; características modo-temporais; significado e emprego das formas nominais do verbo latino. Sintaxe: recursos de linguagem do latim clássico; emprego e significado dos casos em frases de construções sintáticas diferentes da portuguesa; o largo emprego das orações reduzidas; concordâncias temporais; o emprego do subjuntivo na oração subordinada; possibilidades de tradução. Confronto entre o latim clássico e o português: diferenças entre as construções de frases.

Palavras-chave: latim clássico; gramática; morfossintaxe.

O latim clássico compreende palavras invariáveis (advérbios, preposições, conjunções) e variáveis (nomes, pronomes, verbos). Para organização de estudo, os nomes se distribuem em cinco grupos denominados declinações. Eis aí a base de sua morfologia. À primeira declinação compreendem os nomes – ou femininos na maioria, ou masculinos – de tema em *-a* como *stella, terra, nauta, poeta*; à segunda, os de tema em *-o*, dos três gêneros gramaticais como *ludus, taurus, pirus, podium*; à terceira, os de tema em *-i* ou em consoante, também dos três gêneros como *ciuis, orator, turbo, mater, caput*; à quarta, os de tema em *-u*, dos três gêneros como *punctus, manus, cornu*; à quinta, os de tema em *-e*, femininos como *fides, res, spes, series, facies*, e dois masculinos: *dies, meridies*. Os adjetivos entram nas três primeiras declinações: os de tipo *dignus, digna, dignum*, com a forma feminina (*digna*) na primeira, e as masculina (*dignus*) e neutra (*dignum*) na segunda; todos os adjetivos dos demais tipos, na terceira. As relações sintáticas dos nomes na frase são abrangidas por seis casos, cujas indicações básicas, para cada um, são as seguintes: nominativo, o nome propriamente, a primeira forma da palavra, o sujeito do verbo; vocativo, forma da palavra – geralmente igual à do nominativo – usada para o ato de chamar; acusativo, o complemento verbal por excelência; ablativo, para a expressão que indica “com quê”, “por meio de quê”; dativo, para o complemento – verbal ou nominal – que indica “para quem”; genitivo, para a ideia de posse ou restrição, representada em gramática portuguesa pelo adjunto adnominal com a preposição “de” a indicar de maneira geral “pertencente”. Essas indicações são as primeiras, as básicas, mas todas as outras funções sintáticas possíveis serão abrangidas por esses seis casos. À parte

o vocativo, pode-se considerar: apenas um caso reto, o nominativo; casos oblíquos, de complementos, os demais. Nas indicações espaço-temporais, o acusativo serve para a ideia de movimento “para dentro de” ou de aproximação; o ablativo, para a de separação, ou para a de estacionamento, sem movimento.

Quanto à parte relativa aos verbos, consideram-se quatro conjugações distintas (*amo*, *deleo*, *scribo*, *audio*) e uma mista (*capio*). Pode-se estudar à parte tanto o verbo *esse* (ser) e derivados, como os demais verbos que apresentem irregularidade de conjugação. Para estudo das formas verbais, há necessidade de apreensão basicamente dos três temas: do *infectum* [*ama-*, *dele-*, *scrib-*, *audi-* *cap-* (*capi-*)]; do *perfectum* [*amau-*, *deleu-*, *scrips-*, *audiu-*]; do supino [*amat-*, *delet-*, *audit-*, *capt-*].

As palavras – nomes e verbos – apresentam uma base significativa (radical) a que se acrescentam sufixos e desinências. No caso dos nomes, desinências indicativas de gênero, número, caso, grau; no caso dos verbos, de pessoa, tempo, modo, voz. Por exemplo: em *oratore* há um radical (*orat-*), um sufixo de agente (*-or-*) e uma desinência casual (*-em*); em *iubes* um radical (*iub-*), uma vogal temática (*-e-*), um tema (*iube-*) e uma desinência número-pessoal (*-s*); em *dicuntur* um tema (*dic-*), uma simples ligação (*-u-*), uma desinência número-pessoal (*-nt-*) e uma indicação final de forma passiva (*-ur*). Todas essas noções concentradas numa só forma, nominal ou verbal, faz do latim língua sintética e racional. A existência, nos nomes, de desinências casuais proporciona ordem bastante livre de colocação das palavras na frase. Para dizer por exemplo “o agricultor conduziu ao campo o rebanho” podem ser usadas as seguintes ordens dos termos: (1) *agricola duxit gregem in agrum*; (2) *agricola in agrum duxit gregem*; (3) *agricola gregem in agrum duxit*; (4) *duxit in agrum agricola gregem*; (5) *gregem in agrum agricola duxit*. As sequências (3) e (5) – com o verbo no fim da frase, e o complemento (*gregem*) e a indicação de lugar para onde (*in agrum*) antes – poderiam ser as mais comuns num escritor clássico: tanto por ser a palavra principal, de afirmação do fato, como por ser desnecessário às indicações das funções – já expressas pelas desinências causais nos nomes: nominativo *-a*, acusativo *-m* –, o verbo apareceria no fim. Com relação a verbos, a concentração de indicadores também proporciona facilidade e economia na comunicação: uma forma como *legeremus* apresenta sufixo modo-temporal (*-re-*) e desinência número-pessoal (*-mus*); e entre por exemplo o futuro *pellēris* (serás empurrado) e o presente *pellēris* (és empurrado), a partir do tema (*pell-*): a mesma desinência passiva de segunda pessoa do singular (*-ris*), uma indicação de tempo no futuro (um *-e-* longo), mas uma simples ligação no

presente (um -e- breve); e entre formas nominais do verbo tais como *timentibus* e *timendo*, pode-se considerar um mesmo tema (*time-*) e características - a de particípio presente (-*nt-*), a de gerúndio ou gerundivo (-*nd-*) -, e por fim desinências nominais (-*ibus*, -*o*).

Toda essa base morfológica e suas variações – os casos nominais e as flexões verbais – servem para uma sintaxe concisa, característica do latim clássico. Nota-se então vez por outra construção especial, como: *Miseret tui me* (Terêncio) [tenho compaixão de ti (pode-se entender literalmente “em relação a mim existe compaixão de ti”)]; nota-se também, em períodos compostos, o uso – mais comumente que em português – de oração subordinada com verbo no subjuntivo: *Caesar exploratores centurionesque praemittit qui locum idoneum castris deligant* (César) [literalmente “César envia à frente exploradores e centuriões que escolham local apropriado para o acampamento”]; e até, pela força desse subjuntivo latino, o uso de oração subordinada justaposta, isto é, não introduzida por conjunção: *Nolo exeas* (Plauto) [não quero /que/ saias]. Mais comum também é o uso de frase reduzida, seja a denominada oração infinitiva, como esta de Cícero *unius nominis litura se commotum esse* no período /*Metellus*/ *unius nominis litura se commotum esse dixerit* (Metelo teria dito ter-se abalado pelo borrão de um único nome), seja a denominada oração de ablativo absoluto nestoutro exemplo também ciceroniano *nemo illorum iudicum clarissimis uiris accusantibus audiendum sibi de ambitu putauit* (nenhum daqueles juízes, acusando /a Lúcio Murena/ os mais ilustres varões, pensou dever dar voto favorável a respeito do que se pretendia). A tais particularidades sintáticas pode-se acrescentar a característica de uso mais abundante de formas passivas, como por exemplo o emprego do gerundivo; daí uma frase como “devo ler o livro” em vez de *librum legere debeo* ficaria num autor clássico “o livro deve ser lido por mim” (*liber mihi legendus est*) – frase que, bem literalmente, significa “existe para mim o livro que deve ser lido”. Pode-se acrescentar também aí, a partir desse exemplo com gerundivo, a característica do abundante emprego de formas nominais do verbo. Veja-se por exemplo o uso do particípio futuro *laesurus*, em conjugação com *fueras*, e do gerundivo *uiolanda*, no dístico inicial da elegia tibuliana I, 9:

*quid mihi, si fueras miseros laesurus amores,
foedera per diuos, clam uiolanda, dabas ?*

(que me davas, se havias de ferir míseros amores,
em nome dos deuses alianças que em segredo deviam ser violadas?)

Por vezes a frase latina se apresenta então tão sucinta, que se recorre, numa tradução, ou à oração desenvolvida ou a nome abstrato para verter a ideia expressa por exemplo por uma forma nominal do verbo. Vejam-se os exemplos seguintes: um particípio presente no genitivo *fastidientis* (traduzido por oração desenvolvida “que se enfastia”), um nome com um genitivo do gerúndio *ius peccandi* (o direito de errar), um ablativo do gerúndio *susplicando* (traduzido com nome abstrato (pela suspeita), um gerundivo *miscenda*, em conjugação com *sunt* (= devem ser misturadas), dois particípios presentes no dativo *quiescenti*, *agenti* (traduzidos respetivamente pelas orações “ao que descansa” e “ao que age”) e dois gerundivos neutros *agendum*, *quiescendum*, em conjugação com *est* (traduzidos com o auxílio de nomes abstratos: “deve haver ação” e “deve haver descanso”) em trechos de Sêneca [*Ad Lucilium*, I, 2, 4; I, 3, 3; I, 3, 6]: *fastidientis stomachi est multa degustare* (degustar muitas coisas é próprio de estômago que se enfastia); *fidelem si putaueris, facies: nam quidam fallere docuerunt, dum timent falli, et illi ius peccandi susplicando fecerunt* (se /a teu amigo/ tiveres considerado fiel, fá-lo-ás /fiel/: pois uns ensinaram a enganar, enquanto temem ser enganados, e, pela suspeita, deram a ele o direito de errar); *inter se ista miscenda sunt: et quiescenti agendum et agenti quiescendum est* (entre si estas coisas devem ser misturadas: tanto ao que descansa deve haver ação, quanto ao que age deve haver descanso).

O latim clássico apresenta-se enfim, ao estudioso, como língua hoje absolutamente definida em suas formas e em sua sintaxe. Está fixado para sempre. Seu léxico, delimitado já pelos autores de sua literatura – e cada palavra então, definida quanto à grafia e quanto às formas indicativas dos casos –; sua sintaxe, definida pelos exemplos de obras de um Cícero, de um Virgílio. Considerando-se primeiramente essa definição geral de formas e de construções sintáticas, vê-se ainda mais, pelo estudo de sua morfossintaxe, que o latim revela ser língua econômica tanto no uso de palavras como no das sequências de frases, em que prevalece a subordinação e muitas vezes a oração reduzida. Por isso, para uma língua moderna, o texto latino vai muitas vezes ser vertido com auxílio de outras palavras. Falamos em morfossintaxe, isto porque o estudo da morfologia do latim não pode ser anterior à leitura de textos, mesmo que inicialmente de pequenos trechos, de autores clássicos. Decorar formas – declinações e conjugações – por si só não dá a apreensão do idioma em sua essência: da frase, das funções sintáticas, da colocação dos termos, do ritmo do discurso. Convém então falar antes em estudo conjunto da morfologia e da sintaxe do latim, e estudo conjunto sempre com base nos textos clássicos: aliás, sobre proporcionar maior conhecimento e domínio dos recursos da língua portuguesa, a finalidade do ensino do latim hoje também está centralizada

na compreensão e tradução desses textos. A partir do texto, vai-se apreender aos poucos o emprego da flexão nominal, da ampla conjugação verbal, da estrutura enfim morfossintática.

À parte a relação sintática indicada nos nomes pelas desinências casuais, há semelhanças de formas entre latim e português. Veja-se o sistema pronominal: formas como por exemplo *tu*, *te*, de nominativo e acusativo, são as mesmas nas duas línguas. Na gradação de adjetivos também fica facilmente compreensível forma e significado do sufixo comparativo *-ior* (*maior*, *melior*), e dos de intensidade *-issimus*, *-limus*, *-rimus* (*dignissimus*, *facillimus*, *pauperrimus*).

E da parte verbal, como já observamos acima, o essencial é a percepção dos três temas, os quais servirão para a formação dos tempos todos e das formas nominais. Ora aí uma diferença entre o latim clássico e as línguas neolatinas está nas formações verbais passivas. No latim, só os tempos do *perfectum* (tema verbal para a formação de tempos de ação concluída) apresentam passiva analítica, com o verbo *esse* (ser) como auxiliar; os do *infectum* (tema para a formação de tempos de ação não-concluída) indicam a forma passiva por meio de desinência. Assim em *liber lectus est* a ideia é “o livro foi lido”; em *liber legitur*, “o livro é lido”.

Um confronto do latim clássico com o português, conforme observamos para o estudo da morfologia, também pode ser indicado para a sintaxe. Há concordâncias, mas também diferenças entre ambas as línguas, quanto à regência verbal e nominal. Neste ponto fica imprescindível a consulta ao dicionário; *consultare* por exemplo pode ser “consultar” em *consulto matrem* (consulto a mãe), e pode ser “olhar por”, “tomar cuidado de”, em *consulto matri* (ocupo-me de minha mãe); *aliquid pulchri* pode ser vertido por “algo belo” (em vez de “algo de belo”, que seria mais literal, traduziria a expressão partitiva, mas seria menos usual em português). Quanto às construções das frases, existem as mais usuais do latim clássico, como comentamos acima. Assim por exemplo para dizer “tenho muitos livros”, em vez de *habeo multos libros*, usa-se expressão com o verbo *esse* mais dativo do possuidor e nominativo da coisa possuída *mihi sunt multi libri* (literalmente “para mim muitos livros existem”). Ainda em exemplo de frase com *esse*, nota-se que às vezes a construção se mostra bem particular; assim frase como *studium mihi laudi est* apresenta o verbo com dois dativos, e a tradução literal soaria estranha “o estudo é para mim para louvor”, mas o sentido é claro “o estudo me serve de louvor”.

Na concordância de tempos verbais entre a oração principal e a subordinada prevalecem as regras básicas: a um tempo do indicativo (seja o presente ou o futuro ou o perfeito) corresponde na subordinada um tempo correspondente no subjuntivo (presente, perfeito, conjugação perifrástica): *nescio quid agam* (literalmente “não sei o que eu faça”), *nescio quid egerim* (não sei o que eu tenha feito), *nescio quid acturus sim* (não sei o que eu haja de fazer) – note-se apenas que enquanto em latim é de praxe o subjuntivo, em português pode ficar mais comumente o indicativo: “não sei o que faço, o que fiz, o que farei”; a um tempo do indicativo (seja o perfeito ou o imperfeito ou o mais-que-perfeito) corresponde um tempo correspondente no subjuntivo (imperfeito, mais-que-perfeito, conjugação perifrástica): *nesciebam quid agerem* (literalmente “eu não sabia o que fizesse”), *nesciebam quid egissem* (eu não sabia o que tivesse feito), *nesciebam quid acturus esset* (eu não sabia o que houvesse de fazer) – também mais comum em português “eu não sabia o que fazia, o que tinha feito, o que faria”. Com essa visão geral das sequências temporais completa-se um quadro também geral da morfossintaxe do latim. Fora da frase, o estudo do léxico latino e de todas as suas formas apresenta-se incompleto; no discurso, dentro das orações, completo e lógico.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Zelia de Almeida – *Iniciação ao Latim*, S. Paulo, Ática, 6ª. ed., 2006.
- FARIA, Ernesto - *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio, Acadêmica, 1958.
- MICHEL, Jacques – *Grammaire de Base du Latin*. Anvers, Sikkell, 1960.
- ZENONI, G. – *Sintaxe Latina*. Lisboa, Cucujães, 3ª.ed., 1953.